

# Medida Provisória nº 766, de 2017

**Autoria:** Presidência da República

**Iniciativa:**

**Ementa:**

Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**Explicação da Ementa:**

*A Medida Provisória institui o Programa de Regularização Tributária (PRT) perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O Programa tem como objetivos a prevenção e a redução de litígios administrativos ou judiciais relacionados a créditos tributários e não tributários, bem como a regularização de dívidas tributárias exigíveis, parceladas ou com exigibilidade suspensa. A adesão ao PRT deverá ser requerida no prazo de até cento e vinte dias, contado a partir da sua regulamentação pela RFB e pela PGFN, e abrangerá também a totalidade dos débitos exigíveis em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável. O PRT prevê modalidades (opções) de pagamento diferentes conforme o débito esteja inscrito ou não em Dívida Ativa da União (DAU). No primeiro caso, a administração da dívida cabe à RFB (débitos não inscritos em DAU) e, no segundo, à PGFN (débitos inscritos em DAU)..*

**Assunto:** Economia e Desenvolvimento - Tributos

**Data de Leitura:** -

**Tramitação encerrada**

|                 |            |                       |                                     |
|-----------------|------------|-----------------------|-------------------------------------|
| <b>Decisão:</b> | -          | <b>Último local:</b>  | 06/02/2017 - Coordenação de Arquivo |
| <b>Destino:</b> | Ao arquivo | <b>Último estado:</b> | 19/06/2017 - SEM EFICÁCIA           |

**Matérias Relacionadas:**

Requerimento nº 1 de 2017

Requerimento nº 2 de 2017

**Relatoria:**

**CMMPV 766/2017 - (Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de**

**Relator(es):**

Deputado Federal Newton Cardoso Jr (encerrado em 03/05/2017 - Deliberação da matéria)

**CMMPV 767/2017 - (Comissão Mista da Medida Provisória nº 767, de**

**Relator(es):**

Senador Ciro Nogueira (Relator Revisor) (encerrado em 03/05/2017 - Deliberação da matéria)

## TRAMITAÇÃO

**22/08/2017** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Of 390-CN, de 22/8/16, comunica o término do prazo para edição do Decreto Legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da MPV 766, de 2016, cujo prazo de vigência expirou em 1º/6/2017.

**15/08/2017** SF-COARQ - Coordenação de Arquivo

**Ação:** Recebido e Arquivado.

**15/08/2017** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Em 14-08-2017 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal e no § 2º do art. 11 da Res. nº 1/2002-CN, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da presente medida provisória, que perdeu a eficácia em 1º-06-2017 (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).  
É extinta a Comissão Mista destinada a apreciar a matéria (§ 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN).  
Ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional - DCN - de 17-08-2017).

*Publicado no DCN Páginas 445*

**19/06/2017** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Em 16-06-2017 esgotou-se o prazo previsto no art. 11, "caput" e § 1º, da Res. nº 1/2002-CN, para a apresentação de projeto de decreto legislativo pela Comissão Mista.

A matéria aguardará nesta Secretaria o prazo final de 60 dias para edição do projeto de decreto legislativo, estabelecido no art. 62, § 11, da CF/88, e art. 11, "caput" e § 2º da Res. nº 1/2002-CN, a encerrar-se em 14-08-2017.

Juntada fl. 967 referente ao Ofício n. 583/17/SGM-P, do Presidente da Câmara dos Deputados, encaminhando o processado da presente matéria.

Feita comunicação ao Presidente da República e ao Presidente da Câmara dos Deputados sobre o término de prazo da MPV nº 766/2017 (anexadas cópias da Mensagem nº 34 (CN) e dos Ofícios nºs 308 e 309 (CN) às fls. 969 a 971).

Publicado no Diário Oficial da União, em 05 de junho de 2017, o Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 2017, que declara o encerramento do prazo de vigência da Medida Provisória no dia 1º de junho do corrente ano (fl. 972).

Juntado, às fls. 973 a 979, o Requerimento s/n, de 2017, do Senador Ataídes Oliveira.

**19/06/2017** SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

**Situação:** SEM EFICÁCIA

**Ação:** (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 22/06/2017)

Término do prazo de vigência, em 1º de junho do corrente, da presente Medida Provisória.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002- CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da Medida.

Tendo sido encerrado o prazo previsto no art. 11 da Resolução nº 1 de 2002- CN, a matéria volta à Secretaria Legislativa do Congresso para aguardar o restante do prazo de 60 dias, previsto no §11º do art. 62 da Constituição Federal.

*Publicado no DCN Páginas 287*

**19/06/2017** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** À Secretaria de Atas e Diários, para comunicação do término do prazo de vigência da presente medida provisória, em 1º/06/2017.

## TRAMITAÇÃO

- 
- 14/06/2017** Mesa - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
**Ação:** À Secretaria Legislativa do Congresso Nacional (SLCN), tendo em vista a revogação da presente matéria.  
\*\*\*\*\* Retificado em 19/06/2017\*\*\*\*\*  
[...] tendo em vista a PERDA DE EFICÁCIA da presente medida provisória em 01/06/2017.
- 
- 14/06/2017** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
**Ação:** Ofício 583/17/SGM/P: Remessa do processado ao Congresso Nacional.
- 
- 06/06/2017** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
**Ação:** Recebido o Ofício n. 309-CN, de 06/06/2017, comunica o término do prazo integral de vigência da Medida Provisória n. 766, de 2017, no dia 1 de junho do corrente ano.
- 
- 05/06/2017** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
**Ação:** Ato n. 32, de 02/06/17, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, comunica o encerramento do prazo de vigência da Medida Provisória n. 766, de 2017, no dia 01 de junho do corrente ano (DOU de 05/06/17 - Seção 1 - pág. 1).
- 
- 24/05/2017** PLEN - Plenário  
**Ação:** Leitura do recebimento do Ofício nº 223/2017, do Congresso Nacional (CN), que reencaminha o processado da Medida Provisória nº 766/2017 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 24/05/2017- 19h11min - 133ª Sessão).  
Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.
- 
- 17/05/2017** PLEN - Plenário  
**Ação:** Apresentação do Projeto de Decreto Legislativo de Medida Provisória n. 660/2017, pelo Deputado Alfredo Kaefer (PSL-PR), que: "Regula, com fundamento no art. 62, § 3º, da Constituição Federal, as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017".
- 
- 15/05/2017** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente  
**Situação:** MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**Ação:** Anexado Ofício CN nº 223, de 15/05/17, reencaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados o processado da referida Medida Provisória (PLV nº 10, de 2017, aprovado com emendas pela Comissão Mista).  
À CD.
- 
- 15/05/2017** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional  
**Ação:** À Secretaria de Expediente.
- 
- 15/05/2017** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados  
**Ação:** Recebido o Ofício nº 223/17CN, do Senado Federal, que mantém a decisão constante do Of. 215/17CN, e reencaminha o processado da MPV 766/2017.
- 
- 12/05/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## TRAMITAÇÃO

**Situação:** APROVADO PARECER NA COMISSÃO

**Ação:** Anexado Ofício nº 002/MPV-766/2017 do Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar, remetendo a matéria ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira (fls. 964 e 965).

**12/05/2017** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Juntadas, às págs. 955 a 963, os seguintes documentos:

- Of. 441/SGM/P/17, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o processado da MPV 766/17 a esta Casa;
- Questão de Ordem nº 1/2017, do Deputado Pauderney Avelino;
- Of. 397/SGM/P/2017, que encaminha a referida Questão de Ordem;
- Cópia do Of. 216/2017-CN, do 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, contendo resposta à Questão de Ordem suscitada;
- Recurso s/n, do Deputado Alexandre Baldy, contra decisão da Questão de Ordem;
- Of. 222/2017-CN, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que reconsidera a decisão anterior e encaminha o processado da presente matéria ao reexame da Comissão Mista da MPV 766/2017.

À COCM.

**12/05/2017** Mesa - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** À SLCN.

**12/05/2017** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Recebido o Ofício n. 221/2017 (CN), do Senador Eunício Oliviera, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que, com referência ao Ofício n. 215 (CN), de 10 de maio de 2017, que encaminhou o processado da Medida Provisória n. 766, de 2017, informa que o envio da referida matéria foi tornado sem efeito. Solicita, ainda, a devolução ao Senado Federal, do processado da Medida Provisória n. 766, de 2017, que será encaminhada à Comissão Mista para reexame no menor prazo possível. Despacho exarado no Ofício n. 221/2017: "Atenda-se a solicitação. Encaminhe-se o processado da MPV n. 766/2017 à Mesa do Congresso Nacional. Publique-se." Encaminhado o processado da MPV n. 766/2017 à Mesa do Congresso Nacional, por meio do Ofício n. 441/SGM/P/2017.

**11/05/2017** CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

**Ação:** Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 12/05/17 PÁG 123 COL 01.

**10/05/2017** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Recebido o Ofício nº 215/2017, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 766/2017. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 376 (trezentos e setenta e seis) emendas; que a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 1, de 2017-CN, o qual conclui pelo PLV nº 10, de 2017; e que determinou fossem considerados como não escritos os seguintes dispositivos do referido Projeto de Lei de Conversão: art. 14, 15, 17 a 19 e 21 a 24, na forma do texto consolidado, em anexo. Recebida a Mensagem nº 1/2017, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 766/2017. Recebida a Mensagem nº 21/2017, do Poder Executivo, que informa ao Congresso Nacional que a Medida Provisória nº 766, de 2017, foi retificada no Diário Oficial da União de 2 de fevereiro de 2017. Recebido o Parecer nº 1, de 2017-CN, da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV 766/2017, que conclui pelo PLV nº 10, de 2017. Recebido o PLV nº 10, de 2017, que Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.. Ao Plenário, para leitura. Publique-se. Leitura do recebimento do Ofício nº 215/2017, do Congresso Nacional (CN), que encaminha o processado da Medida Provisória nº 766/2017 (Sessão Deliberativa Extraordinária de 10/05/2017 - 18h5min -111ª Sessão).

**10/05/2017** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

## TRAMITAÇÃO

**Situação:** MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Ação:** Remetido Ofício CN nº 215, de 10/05/17, encaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados o processado da referida Medida Provisória (PLV nº 10, de 2017, aprovado com emendas pela Comissão Mista).  
À CD.

**04/05/2017** PLEN - Plenário do Congresso Nacional

**Ação:** (AÇÃO LEGISLATIVA REFERENTE AO DCN DE 04/05/2017)

Publicado em avulsos eletrônicos e no DCN de 04/05/2017 o Parecer nº 01, de 2017, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 10/2017.  
À Câmara dos Deputados. (Volumes Principal, 2 e 3)

*Publicado no DCN Páginas 286-305*

**04/05/2017** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** À Secretaria de Atas e Diários para publicação, no Diário do Congresso Nacional de 04/05/2017, do Parecer nº 01, de 2017, da Comissão Mista destinada a apreciar a presente Medida Provisória, que concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 10/2017.  
Após, à Secretaria de Expediente para envio à Câmara dos Deputados.  
(Volumes Principal, 2 e 3)

**04/05/2017** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** Juntadas as páginas contendo a tramitação da matéria na Comissão Mista (fls. 898 a 905), a Ordem do Dia do Congresso Nacional com a composição da Comissão Mista (fls. 906 a 908), e os seguintes ofícios de substituição (fls. 909 a 930):

- Ofício nº 31, de 2017, do PMDB (CD);
- Ofício nº 15, de 2017, do PR (CD);
- Ofício nº 16, de 2017, do PSB (CD);
- Ofício nº 14, de 2017, do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (SF);
- Ofício nº 42, de 2017, do PMDB (CD);
- Ofício nº 009, de 2017, do PRB (CD);
- Ofício nº 45, de 2017, do PT (CD);
- Ofício nº 025, de 2017, do PSDB (SF);
- Ofício nº 12, de 2017, do DEM (CD);
- Ofício nº 01, de 2017, do Bloco Parlamentar PTB, SD, PROS, PSL, PRP (CD);
- Ofício nº s/nº, de 2017, do PEN (CD);
- Ofício nº 14, de 2017, do PEN (CD);
- Ofício nº 41, de 2017, do PSD (CD);
- Ofício nº 41, de 2017, do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (SF);
- Ofício nº 123, de 2017, do PSDB (CD);
- Ofício nº 122, de 2017, do PSDB (CD);
- Ofício nº 381, de 2017, do PP (CD);
- Ofício nº 44, de 2017, do PP (CD);
- Ofício nº 31, de 2017, do Bloco Moderador (SF);
- Ofício nº 68, de 2017, do PMDB (SF);
- Ofício nº 101, de 2017, do PRB (CD);
- Ofício nº 154, de 2017, do DEM (CD).

**03/05/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Situação:** APROVADO PARECER NA COMISSÃO

**Ação:** Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.

Aprovado o Relatório do Deputado Newton Cardoso Jr, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 766, de 2017, e suas emendas, e pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, assim como, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, pela aprovação total ou parcial das emendas nºs 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 29, 30, 32, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 101, 104, 110, 115, 117, 119, 120, 122, 125, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 173, 175, 176, 180, 181, 183, 186, 188, 189, 190, 196, 200, 201, 206, 211, 214, 220,

## TRAMITAÇÃO

223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 238, 239, 244, 246, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 260, 261, 262, 264, 266, 268, 269, 272, 279, 282, 284, 285, 292, 310, 315, 318, 321, 322, 325, 330, 333, 338, 342, 345, 346, 350, 353, 354, 355, 358, 359, 361, 363, 367, 368, 369, 375, e pela rejeição das demais emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

Prejudicados os Requerimentos nºs 1 e 2.

Aprovada a ata da 2ª Reunião.

À SLCN.

(anexados: convocações, lista de presença, relatório, decisão da Comissão, texto final e atas da 1ª e 2ª Reuniões às fls. 839 a 897).

---

**03/05/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Situação:** PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

**Ação:** Recebido Relatório do Deputado Newton Cardoso Jr.

---

**02/05/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 3 de maio de 2017.

---

**26/04/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** A reunião da Comissão Mista convocada para o dia 26 de abril foi cancelada.

---

**25/04/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** A reunião da Comissão Mista convocada para o dia 25 de abril foi adiada para o dia 26 de abril de 2017.

---

**24/04/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 25 de abril de 2017.

---

**18/04/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** A reunião da Comissão Mista convocada para o dia 19 de abril de 2017 foi cancelada.

---

**18/04/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Convocada reunião da Comissão Mista para o dia 19 de abril de 2017.

---

**05/04/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Apresentado o Requerimento nº 2 pelo Deputado Hugo Leal, solicitando inclusão de convidado em Audiência Pública (fl. 838).

---

**05/04/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Retiradas as emendas nºs 293; 294; 295; 296; 297; 298; 299; 300; 301; 302; 303; 304; 305 e 306 pelo seu autor, Deputado Newton Cardoso Jr (fl. 837).

---

## TRAMITAÇÃO

**31/03/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Apresentado o Requerimento nº 1 pelo Deputado Alfredo Kaefer, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a matéria (fls. 835 e 836).

**22/03/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Prorrogado por sessenta dias o prazo de vigência da Medida Provisória pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 17, de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 21/3/2017, nos termos do art. 10, § 1º da Resolução nº 1/2002-CN (fl. 834)

**17/03/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Recebido o Ofício nº 220/2017/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando ao Presidente da Comissão Mista que o prazo final para o recebimento da MPV nº 766/2017 por aquela Casa é no dia 12 de maio de 2017 (fl. 833).

**16/03/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Recebida Nota Técnica nº 8/2017, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 823 s 832)

**14/03/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Situação:** MATÉRIA COM A RELATORIA

**Ação:** Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, sendo eleitos o Senador Otto Alencar para Presidente e o Deputado Andres Sanchez para Vice-Presidente; e designados Relator o Deputado Newton Cardoso Jr e Relator-Revisor o Senador Ciro Nogueira.  
Aprovada a ata da 1ª Reunião.  
Encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional o Ofício nº 001/MPV766-2016, do Senadora Rose de Freitas, Presidente Eventual, e do Deputado Andres Sanchez, Vice-Presidente Eleito, comunicando o resultado da 1ª Reunião (anexados Convocação, lista de presença e Ofício nº 001 às fls. 819 a 822)."

**10/03/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Convocada reunião de instalação da Comissão Mista para o dia 14 de março de 2017.

**08/03/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** A reunião da Comissão Mista convocada para o dia 8 de março de 2017 foi cancelada (fl. 818).

**06/03/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Convocada reunião de instalação da Comissão Mista para o dia 8 de março de 2017.

**14/02/2017** CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Feita a comunicação à Câmara dos Deputados acerca da constituição da Comissão Mista e do calendário de tramitação da matéria por meio do Ofício nº 57-CN, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN (fl. 817).

## TRAMITAÇÃO

09/02/2017 CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação:** Retiradas as emendas nºs 26 e 28 pelo seu autor, Senador Paulo Bauer (fl.816).

08/02/2017 CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Situação:** AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

**Ação:** Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 376 (trezentos e setenta e seis) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Senador Otto Alencar 001; 002; Deputado Mário Negromonte Jr. 003; Deputado Luis Carlos Heinze 004; 005; 089; Deputado Walter Ihoshi 006; Senador Cidinho Santos 007; 008; 009; 035; 036; 037; 038; 114; 115; 116; Senador Acir Gurgacz 010; 011; 012; 013; 014; 117; 118; 119; 120; 121; 122; 123; 196; Deputado Jerônimo Goergen 015; 016; 017; 018; 178; Deputado Bilac Pinto 019; 020; 021; 022; Senador Paulo Bauer 023; 024; 025; 026; 027; 028; 029; 134; 135; 136; 156; 157; Deputado Dilceu Sperafico 030; Deputado Helder Salomão 031; 032; 033; 034; 124; Deputado Marcus Pestana 039; 040; 041; 042; Deputado Luiz Carlos Haully 043; 087; 162; 163; 164; 165; 166; 167; 274; Deputado Alex Manente 044; 045; 046; 047; Deputado Hildo Rocha 048; 190; 191; Deputado Laercio Oliveira 049; 050; 051; 052; 053; 197; 198; 199; 200; 201; 202; 203; 204; 205; 206; 207; 208; Deputado Félix Mendonça Júnior 054; 055; 056; 057; 058; 059; 060; 061; 062; Deputado Antonio Carlos Mendes Thame 063; 064; 065; 066; 067; Senador Vicentinho Alves 068; 069; 070; Senador Armando Monteiro 071; 072; 073; 185; 186; 187; 233; Senador Sergio Souza 074; 076; 077; 078; 079; 080; 081; 100; Deputado Marinaldo Rosendo 075; 082; Deputado Patrus Ananias 083; 084; Deputado Alan Rick 085; 086; Deputado Luiz Fernando Faria 088; Senador José Pimentel 090; 091; Deputado Osmar Serraglio 092; 217; 218; Senador Cássio Cunha Lima 093; Deputada Gorete Pereira 094; 095; 096; 097; 098; 099; Senador Flexa Ribeiro 101; 102; 103; 104; 105; Deputado Arnaldo Faria de Sá 106; 107; 220; 221; 222; 223; 224; Deputado Danilo Forte 108; 109; Deputado Benito Gama 110; 111; 112; Deputado Sandro Alex 113; Deputado Herculano Passos 125; 126; Deputado José Carlos Aleluia 127; 128; 129; 130; 131; 132; 251; 252; 253; 254; 255; 256; Senador Lasier Martins 133; Deputada Raquel Muniz 137; Senador Ronaldo Caiado 138; 139; 140; 141; Senador Valdir Raupp 142; 143; Deputado Hugo Leal 144; 145; 146; 147; 148; 149; 150; 151; 152; Senador Hélio José 153; Deputado Rogério Peninha Mendonça 154; 155; Deputada Cristiane Brasil 158; Deputada Tereza Cristina 159; 160; 161; 307; 308; Deputado Marcon 168; 169; Deputado Ronaldo Martins 170; 171; Deputado André Figueiredo 172; Deputado Paulo Maluf 173; Deputado Vanderlei Macris 174; Deputado Onyx Lorenzoni 175; Deputado Valdir Colatto 176; Senadora Lúcia Vânia 177; Deputado João Carlos Bacelar 179; Deputado Andres Sanchez 180; 181; Deputado Pedro Uczai 182; 183; 184; Deputado Izalci Lucas 188; 189; 257; Senador Roberto Muniz 192; Deputado Pauderney Avelino 193; 194; 195; Deputado Vicente Candido 209; 210; 211; 212; 213; 214; 215; 216; Deputado Paes Landim 219; Deputada Carmen Zanotto 225; 226; 227; 228; 229; 230; Deputado Zé Silva 231; Deputado João Rodrigues 232; Deputado Evandro Roman 234; 235; 236; 237; 238; 239; 240; 241; 242; 243; 244; 245; 246; 247; Deputado Marcelo Aro 248; 249; 250; Deputado Otavio Leite 258; 259; 260; 261; 262; 263; 264; 265; 266; 267; Deputado Orlando Silva 268; 269; 270; 271; Deputado Márcio Marinho 272; 273; Deputado Carlos Marun 275; 276; 277; 278; 279; 280; Deputado Antonio Brito 281; 282; 283; 284; Deputado Jorge Côrte Real 285; Deputado Jhc 286; Deputado Celso Maldaner 287; 288; 289; 290; Deputado Weliton Prado 291; 292; Deputado Newton Cardoso Jr 293; 294; 295; 296; 297; 298; 299; 300; 301; 302; 303; 304; 305; 306; Deputado Alfredo Kaefer 309; 310; 311; 312; 313; 314; 315; 316; 317; 318; 319; 320; 321; 322; 323; 324; 325; 326; 327; 328; 329; 330; 331; 332; 333; 334; 335; 336; 337; 338; 339; 340; 341; 342; 343; 344; 345; 346; 347; 348; 349; 350; 351; 352; Deputado Jorginho Mello 353; 354; Deputado Hugo Motta 355; 356; 357; 358; 359; 360; 361; Deputado André Amaral 362; 363; 364; 365; Deputado João Gualberto 366; Deputado Adail Carneiro 367; 368; 369; Deputado Zeca Dirceu 370; 371; 372; 373; 374; Deputado Marcelo Álvaro Antônio 375; e Deputado Valmir Assunção 376 (fls. 27 a 815).

As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional.

Publicado no DCN Páginas 3789-4551

07/02/2017 CMMPV 766/2017 - Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Situação:** AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

**Ação:** Aguardando recebimento de emendas perante a Comissão Mista, nos termos do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

06/02/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

**Situação:** MATÉRIA DESPACHADA

**Ação:** (Ação Legislativa referente a publicação no DCN de 09/02/2017)

O Senhor Presidente da República adotou e publicou no Diário Oficial da União a presente Medida Provisória.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, fica constituída, em 06 de fevereiro de 2017, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria correspondente.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação estão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional e serão publicados no Diário do Congresso Nacional.

As matérias estão publicadas em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

## TRAMITAÇÃO

(Foi recebido o Ofício nº 10, de 10 de janeiro de 2017, do Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados no exercício da Presidência, solicitando designação de relator).

(São os seguintes os demais expedientes recebidos:

- Ofício nº 27, de 03 de fevereiro de 2017, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados;
- Ofício nº 5, de 1º de janeiro de 2017, do Líder do PR na Câmara dos Deputados;
- Ofício nº 1, de 2 de fevereiro de 2017, da Líder do PSB na Câmara dos Deputados; e
- Ofício nº 4, de 02 de janeiro de 2017, do Líder do Democratas na Câmara dos Deputados.)

*Publicado no DCN Páginas 54-61*

**06/02/2017** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** À Secretaria de Atas e Diários para publicação no Diário do Congresso Nacional de 09/02/2017. Designação da Comissão Mista e comunicação do calendário para tramitação da matéria.

**03/02/2017** SF-SLCN - Secretaria Legislativa do Congresso Nacional

**Ação:** Juntada a Mensagem 21 de 2017, que retifica a Medida Provisória nº 766/2017 (fls. 15 a 17)

**02/02/2017** PLEN - Plenário do Congresso Nacional

**Ação:** Juntada folha do DOU de 02/02/2017 referente à retificação da matéria à fl. 14.

**05/01/2017** PLEN - Plenário do Congresso Nacional

**Ação:** Juntada a Mensagem nº 1 de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017 (DOU de 05/01/2017), às fls. 04 a 13.

**05/01/2017** PLEN - Plenário do Congresso Nacional

**Situação:** AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO

**Ação:** Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Publicação no DOU: 05-01-2017
- Emendas: até 07-02-2017;
- Prazo na Comissão: \*;
- Remessa do processo à CD: -;
- Prazo na CD: até 01-03-2017 (até o 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 01-03-2017;
- Prazo no SF: de 02-03-2017 a 15-03-2017 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 15-03-2017;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 16-03-2017 a 18-03-2017 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-03-2017 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 02-04-2017 (60 dias).

\* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012).

**05/01/2017** SF-SEPRTL - Serviço de Protocolo Legislativo

**Ação:** Este processo contém 3 (três) folhas numeradas.

*Publicado no DOU Páginas 1-2*

## DOCUMENTOS

## Texto inicial - MPV 766/2017

**Data:** 05/01/2017

**Autor:** Presidência da República

**Local:** Plenário do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Juntada a Mensagem nº 1 de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017 (DOU de 05/01/2017), às fls. 04 a 13.

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## Avulso inicial da matéria

**Data:** 05/01/2017

**Autor:** -

**Local:** Plenário do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Juntada a Mensagem nº 1 de 2017, que encaminha ao Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017 (DOU de 05/01/2017), às fls. 04 a 13.

**Descrição/Ementa:** Avulso da Matéria

## Sumário Executivo

**Data:** 24/01/2017

**Autor:** -

**Local:** null

## Quadro Comparativo

**Data:** 01/02/2017

**Autor:** Congresso Nacional

**Local:** Plenário do Congresso Nacional

**Descrição/Ementa:** Legislação X MPV 766/2017

## EMENDA 1 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Otto Alencar (PSD/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 2 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Otto Alencar (PSD/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 3 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Mário Negromonte Jr. (PP/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera o inciso IV, do art. 2º da Medida Provisória nº 766/2017.

## DOCUMENTOS

## EMENDA 4 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luis Carlos Heinze (PP/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se o seguinte artigo a MP 766, de 4 de janeiro de 2017

---

## EMENDA 5 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luis Carlos Heinze (PP/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se o seguinte artigo ao texto da Medida Provisória 766, de 2017:

---

## EMENDA 6 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Walter Ihoshi (PSD/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 7 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

## EMENDA 8 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

## EMENDA 9 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

## EMENDA 10 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

## EMENDA 11 - MPV 766/2017

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 12 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 13 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 14 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 15 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** EMENDA ADITIVA Acrescentem-se, onde couber, as seguintes disposições à Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017: Art. ., Na ocorrência de situação em que o País se defronte com uma crise econômica, o contribuinte que tenha aderido ao PRT poderá suspender o pagamento do parcelamento sem incorrer nas sanções estabelecidas no art. 10. § 1º Será considerado como situação de crise econômica quando o índice de evolução do produto interno bruto (PIB) apurado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE acusar percentual zero ou negativo por três trimestres consecutivos. § 2º Caberá ao Poder Executivo, através de Portaria do Ministro da Fazenda, estabelecer o mês a partir do qual a suspensão de pagamento do parcelamento poderá ocorrer sem penalidade, assim como o do restabelecimento dessa obrigação em razão de o País ter retomado o processo de crescimento econômico.

**EMENDA 16 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** EMENDAS MODIFICATIVA E SUPRESSIVA Art. 1º Modifiquem-se as seguintes disposições da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes novas redações: Art. 1º  
..... § 1º Poderão ser quitados, na forma do PRT, os débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2016, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamentos de ofício efetuados após a publicação desta Medida Provisória, desde que o requerimento se dê no prazo de que trata o § 2º. § 2º A adesão ao PRT ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado no prazo de até cento e vinte dias, contados a partir da regulamentação conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e abrangerá os débitos em discussão administrativa ou judicial indicados para compor o PRT e a totalidade dos débitos exigíveis em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, inclus

**EMENDA 17 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** EMENDA MODIFICATIVA E SURESSIVA Art. 1º Modifique-se a seguinte disposição da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: Art. 9º  
..... Parágrafo único. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros anuais equivalentes à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dos últimos 12 (doze) meses, condição de 2p% (dois pontos percentuais). Art. 10 ..... Parágrafo único.  
..... I -  
..... II - Serão deduzidos do valor referido no inciso I deste parágrafo as parcelas pagas, com acréscimos legais, até a data da rescisão. Art. 2º Suprimam-se da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de

**EMENDA 18 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda Substitutiva a MPV 766/2017 que Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 19 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Bilac Pinto (PL/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Torna-se de extrema relevância a apresentação desta proposição, eis que a anistia de juros e multas motivará a adesão ao Programa de Regularização Tributária.

**EMENDA 20 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Bilac Pinto (PL/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Tal proposição pela supressão de dispositivos da Medida Provisória, visa estimular o encerramento de litígios administrativos e judiciais, nos termos já definidos em outros Programas de Parcelamento, dando tratamento equitativo às condições já estabelecidas.

**EMENDA 21 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Bilac Pinto (PL/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Tal proposição visa estimular o encerramento de litígios administrativos e judiciais, com a disponibilização de quatro formas de parcelamento com redução no valor das multas, juros e encargos, a depender do pagamento a ser feito pelo sujeito passivo, em consonância com as regras definidas em outros Programas de Parcelamento.

**EMENDA 22 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Bilac Pinto (PL/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Tal proposição pela supressão de dispositivos da Medida Provisória, visa estimular o encerramento de litígios judiciais, nos termos já definidos em outros Programas de Parcelamento, dando tratamento equitativo às condições já estabelecidas - com a diminuição de "custos" para a adesão.

## DOCUMENTOS

**EMENDA 23 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 24 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 25 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 26 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 27 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 28 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 29 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 30 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Dilceu Sperafico (PP/PR)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Inclua-se o inciso V ao artigo 2º na Medida Provisória nº 766, de 2017: Art.2º (...) V - fica autorizada a concessão de rebate de noventa por cento do valor das multas de mora e de ofício, quando da quitação total da dívida à vista e em espécie.

---

## DOCUMENTOS

**EMENDA 31 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dê-se ao parágrafo 3º do artigo 9º da MP 766, de 04 de janeiro de 2017, a seguinte redação

---

**EMENDA 32 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se § 10 ao art. 2º e § 3º ao art. 3º da MP 766, de 04 de janeiro de 2017, com a seguinte redação:

---

**EMENDA 33 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dê-se ao parágrafo 3º do artigo 9º da MP 766, de 04 de janeiro de 2017, a seguinte redação

---

**EMENDA 34 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dê-se ao parágrafo 9º do artigo 2º da MP 766, de 04 de janeiro de 2017, a seguinte redação

---

**EMENDA 35 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 36 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 37 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 38 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017

## DOCUMENTOS

**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 39 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Marcus Pestana (PSDB/MG)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 40 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Marcus Pestana (PSDB/MG)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 41 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Marcus Pestana (PSDB/MG)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 42 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Marcus Pestana (PSDB/MG)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 43 - MPV 766/2017**

**Data:** 02/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Propõe-se a inclusão do seguinte artigo na Medida Provisória n.º 766, de 04 de janeiro de 2017

**EMENDA 44 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Alex Manente (CIDADANIA/SP)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## DOCUMENTOS

## EMENDA 45 - MPV 766/2017

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alex Manente (CIDADANIA/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 46 - MPV 766/2017

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alex Manente (CIDADANIA/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 47 - MPV 766/2017

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alex Manente (CIDADANIA/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 48 - MPV 766/2017

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hildo Rocha (MDB/MA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Inclua-se, onde couber, na Medida Provisória nº 766, de 2017, que Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os seguintes artigos:

---

## EMENDA 49 - MPV 766/2017

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 50 - MPV 766/2017

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 51 - MPV 766/2017

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 52 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 53 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 54 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV 766, de 2017.

---

**EMENDA 55 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV 766, de 2016.

---

**EMENDA 56 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV 766, de 2017.

---

**EMENDA 57 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV 766, de 2017.

---

**EMENDA 58 - MPV 766/2017**

## DOCUMENTOS

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV 766, de 2017

---

**EMENDA 59 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766, de 2017

---

**EMENDA 60 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV 766, de 2017.

---

**EMENDA 61 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV 766, de 2017.

---

**EMENDA 62 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV 766, de 2016.

---

**EMENDA 63 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Insira-se os §§ \_\_\_ ao art. 2º da Medida Provisória 766/2017.

---

**EMENDA 64 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifiquem-se os incisos I a IV do artigo 2º da Medida Provisória nº 766/2017 e acrescentem-se novos incisos I e II ao artigo 3º, renumerando e modificando a redação dos atuais incisos I e II para III e IV, acrescentando um novo parágrafo ao artigo 3º.

---

## DOCUMENTOS

**EMENDA 65 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifiquem-se os incisos do artigo 3º da Medida Provisória nº 766/2017.

---

**EMENDA 66 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifique-se o § 2º do artigo 1º da Medida Provisória nº 766/2017.

---

**EMENDA 67 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifique-se o artigo 12 da Medida Provisória nº 766/2017.

---

**EMENDA 68 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Senador Vicentinho Alves (PL/TO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 69 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Senador Vicentinho Alves (PL/TO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 70 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Senador Vicentinho Alves (PL/TO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 71 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 72 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 73 - MPV 766/2017**

**Data:** 03/02/2017

**Autor:** Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 74 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifiquem-se o inciso IV do artigo 2º e o inciso II do artigo 3º da Medida Provisória nº 766/2017 para esta redação: Art. 2º ... IV - pagamento da dívida consolidada em até cento e oitenta prestações mensais e sucessivas, calculadas de modo a observar os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada: ... d) da trigésima sétima prestação em diante - percentual correspondente ao saldo remanescente, em até cento e quarenta e quatro prestações mensais e sucessivas. ... Art. 3º ... II - pagamento da dívida consolidada em até cento e oitenta parcelas mensais e sucessivas, calculadas de modo a observar os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor consolidado: ... d) da trigésima sétima prestação em diante - percentual correspondente ao saldo remanescente, em até cento e quarenta e quatro prestações mensais e sucessivas.

**EMENDA 75 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Marinaldo Rosendo (PSB/PE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda Modificativa à Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, que "Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional".

**EMENDA 76 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Alterem-se os parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 2º da Medida Provisória n. 766, de 2016, que passariam a ter a seguinte redação: § 2º Na liquidação dos débitos na forma prevista nos incisos I e II do caput, poderão ser utilizados créditos de prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 30 de junho de 2016, próprios ou de terceiros. § 3º Na hipótese de utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL de terceiros, na forma do parágrafo anterior, não haverá incidência do imposto sobre renda, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre cedente e cessionário, quando estes forem empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou empresas que sejam controladas direta e indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2015, domiciliadas no País, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pela quitação. § 4º Para fins do disposto no § 3º, inclui-se também como controlada a sociedade na qual a participação da controladora seja igual ou inferior a cinquenta por cento, desde que existente acordo de acionistas que assegure de modo permanente a preponderância

**EMENDA 77 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Exclua-se o § 4º e Insira-se os § \_\_\_ ao art. 2º da Medida Provisória n. 766, de 04 de janeiro de 2017, com a seguinte redação: "Art. 2º..... § 4º Exclua-se. § \_\_\_. Insira-se: Não será computado na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, eventuais efeitos econômicos decorrentes da cessão de créditos de prejuízo fiscal e de base negativa de CSLL, entre pessoas jurídicas controladas, controladoras ou coligadas. "

## DOCUMENTOS

## EMENDA 78 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifique-se o § 2º do artigo 3º da Medida Provisória nº 766/2017 para esta redação: Art. 3º ... § 2º O parcelamento de débitos cujo valor consolidado seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) depende da apresentação de carta de fiança ou seguro garantia judicial, observados os requisitos definidos em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, sendo que, à medida em que as parcelas forem pagas, o sujeito passivo poderá requerer que o valor da carta de fiança ou do seguro garantia judicial seja adequado ao montante ainda pendente de pagamento.

## EMENDA 79 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifiquem-se os §§ 1º e 2º do artigo 3º da Medida Provisória nº 766/2017 da seguinte forma: Art. 3º ... § 1º O parcelamento de débitos na forma prevista no caput não depende de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, exceto quando já houver penhora em execução fiscal ajuizada. § 2º À medida em que as parcelas forem pagas e o montante do débito pendente de pagamento seja reduzido, o sujeito passivo poderá requerer que a penhora prevista no parágrafo anterior seja adequada ao valor ainda pendente de pagamento.

## EMENDA 80 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifique-se o § 4º do artigo 2º da Medida Provisória nº 766/2017 para esta redação: § 4º Na hipótese de utilização dos créditos de que tratam os §§ 2º e 3º, o sujeito passivo poderá optar por utilizar os créditos de prejuízos fiscais e de base negativa da CSLL de empresas controladora e controlada, ou de empresas que sejam controladas por uma mesma empresa, antes de utilizar seus próprios créditos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL ou seus créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

## EMENDA 81 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o § 4º do art. 2º da Medida Provisória nº 766/2017, renumerando-se os seguintes.

## EMENDA 82 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Marinaldo Rosendo (PSB/PE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda Modificativa à Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, que "Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional."

## EMENDA 83 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 84 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Patrus Ananias (PT/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**EMENDA 85 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alan Rick (REPUBLICANOS/AC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Assegurar, em caso de exclusão do PRT, que o contribuinte, na pessoa do representante indicado no Termo de Opção, seja notificado por escrito, via postal e com prova de seu recebimento, e abertura de prazo de 30 dias para sua defesa.

**EMENDA 86 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alan Rick (REPUBLICANOS/AC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Possibilitar a liquidação da entrada do pagamento do débito inscrito no PRT mediante dação em pagamento, nos termos da Lei nº 13.259/2016, como alternativa à previsão exclusiva de pagamento à vista e em espécie.

**EMENDA 87 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), Deputado Federal Nelson Padovani (PSDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 766, de 2017:

**EMENDA 88 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luiz Fernando Faria (PP/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 89 - MPV 766/2017**

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luis Carlos Heinze (PP/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Insira-se os artigos 14 e 15 na Medida Provisória nº 766/2017 e renumere-se os artigos seguintes: "Art. 14. Fica instituído o Bônus de Adimplência a pessoa jurídica que estiver regular com suas obrigações perante a Receita Federal do Brasil por, no mínimo, 02 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores a publicação desta Lei. § 1º O Bônus de Adimplência consiste na redução de 1 (um) ponto percentual na alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo mesmo período em que demonstrada sua regularidade fiscal respeitado o limite de vigência desta Lei. § 2º O benefício concedido no caput deste artigo fica condicionado ao requerimento da pessoa jurídica no domicílio fiscal competente. Art. 15. Para os fins do disposto no art. 14

## DOCUMENTOS

da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Poder Executivo estimará o montante da renúncia de receita decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer depois de sessenta dias de publicação desta Lei. Parágrafo único. A dedução de que trata esta Lei produzirá efeitos a part

## Composição

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Comissão do Congresso Nacional

**Local:** Plenário do Congresso Nacional

**Descrição/Ementa:** Composição inicial da Comissão Mista da MPV 766/2017

## EMENDA 90 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Senador José Pimentel (PT/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 91 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Senador José Pimentel (PT/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 92 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Osmar Serraglio (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 93 - MPV 766/2017

**Data:** 06/02/2017

**Autor:** Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 94 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Gorete Pereira (PL/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda modificativa

## EMENDA 95 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Gorete Pereira (PL/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

**Descrição/Ementa:** Emenda aditiva

---

**EMENDA 96 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Gorete Pereira (PL/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda aditiva

---

**EMENDA 97 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Gorete Pereira (PL/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda aditiva

---

**EMENDA 98 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Gorete Pereira (PL/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda aditiva

---

**EMENDA 99 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Gorete Pereira (PL/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda modificativa

---

**EMENDA 100 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. EMENDA MODIFICATIVA Nº \_\_\_\_\_ Insira-se o parágrafo 2º no artigo 10º da Medida Provisória nº 766/2017 e renumere-se os demais: "Art. 10º .....  
..... § 2º Respeitados os limites previstos no inciso I do caput deste artigo, as pessoas jurídicas optantes pelo PRT que comprovarem, por seis meses consecutivos, queda da receita bruta mensal em relação à receita bruta obtida no mesmo mês do ano anterior poderão quitar parcelas do PRT em atraso em 12 prestações mensais, cujo valor será acrescido às parcelas regulares do Programa. "

---

**EMENDA 101 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 102 - MPV 766/2017**

## DOCUMENTOS

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 103 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 104 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 105 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 106 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 4 DE JANEIRO DE 2017. Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. EMENDA ADITIVA Inclua-se na Lei 9.841 de 27 de maio de 2009, inciso com a seguinte redação: § 4.º a multa e/ou penalidade, referente à GFIP, deverá ser paga no ato da entrega da declaração e, caso não seja entregue até 72 horas após o dia 07 do mês subsequente ao fato gerador, seja aplicada apenas quando sofrer a ação fiscalizatória, sem a retroação da aplicação dessas penalidades anteriores a 2013. JUSTIFICAÇÃO Em todas as declarações entregues a Receita Federal em atraso, a multa/penalidade é aplicada instantaneamente no ato da entrega, no caso da GFIP essa multa nunca foi aplicada aos contribuintes, em nenhum momento foi cobrada, gerando uma expectativa ao contribuinte que deveria fazer a entrega, mas a qualquer momento, em especial as declarações "sem movimento", pois não gera imposto a pagar, dando prioridade, no caso dos escritório contábil, nas demais empresas com geração do imposto (FGTS) que vence no mesmo dia da Declaração (GFIP) até o dia 7 do mês subsequente

## EMENDA 107 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 4 DE JANEIRO DE 2017. Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. EMENDA MODIFICATIVA O art. 48 da Lei n.º 13.097, de 19 de janeiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 48 - O disposto no art.32-A da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, deixa de produzir efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos no período de 27 de maio de 2009 a 31 de dezembro de 2015, no caso de declaração sem ocorrência de fatos geradores de contribuição previdenciária apresentada à Secretaria da Receita Federal do Brasil até o último dia do mês subsequente à publicação desta Lei." JUSTIFICATIVA Começaram a cobrar multa pelo atraso na entrega das GFIP's, que foram entregues fora do prazo e que, como própria IN 971/09 da receita federal, não incide multa se entregue fora do prazo, porém, antes de qualquer procedimento fiscalizatório. Com tantas obrigações acessórias a serem cumpridas, como não havia multa, as guias, meramente informativas em sua grande maioria, eram entregues fora do prazo, porque nunca foi cobrada tal multa, justamente por

## DOCUMENTOS

## EMENDA 108 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Danilo Forte (PSB/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se à Medida Provisória 766/2017, onde couber, os seguintes artigos:

---

## EMENDA 109 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Danilo Forte (PSB/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se à Medida Provisória 766/2017, onde couber, os seguintes artigos:

---

## EMENDA 110 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Benito Gama (PTB/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 111 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Benito Gama (PTB/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 112 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Benito Gama (PTB/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 113 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Sandro Alex (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 114 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

**EMENDA 115 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 116 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Cidinho Santos (PL/MT)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 117 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 118 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 119 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 120 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 121 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 122 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

## EMENDA 123 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## EMENDA 124 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Helder Salomão (PT/ES)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** ê-se ao parágrafo 3º do artigo 9º da MP 766, de 04 de janeiro de 2017, a seguinte redação

## EMENDA 125 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Herculano Passos (PSD/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 126 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Herculano Passos (PSD/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 127 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766 de 2016.

## EMENDA 128 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766 de 2017.

## EMENDA 129 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766 de 2017.

## DOCUMENTOS

**EMENDA 130 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766 de 2017.

---

**EMENDA 131 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766 de 2017.

---

**EMENDA 132 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 133 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Lasier Martins (PSD/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 134 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 135 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 136 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 137 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Raquel Muniz (PSD/MG)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 766, DE 24 DE JANEIRO DE 2017, PASSA A VIGER COM AS SEGUINTE ALTERAÇÕES:

**EMENDA 138 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 139 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 140 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 141 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 142 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Valdir Raupp (MDB/RO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 143 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Valdir Raupp (MDB/RO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 144 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescenta à Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, alterações na Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, na Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

**EMENDA 145 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

## DOCUMENTOS

**Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera as redações do caput e do § 2º do art. 1º, do caput do art. 2º, do caput e do inciso III do art. 10, suprime o art. 3º e acrescenta um parágrafo ao art. 13, da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017.

**EMENDA 146 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera a redação dos §§ 2º e 4º e inclui o § 10 no art. 2º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017.

**EMENDA 147 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera a redação do caput e inclui um parágrafo no art. 11 da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017.

**EMENDA 148 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Inclui o § 2º ao art. 6º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, renumerando os demais, a partir do atual § 2º, que passará a ser o § 3º, para permitir a utilização do depósito como pagamento em espécie, para fins de dos incisos I e II do art. 2º.

**EMENDA 149 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Inclui o § 4º no art. 1º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, para estabelecer que, na hipótese de inclusão no PRT de débitos decorrentes de parcelamentos anteriores, serão mantidos os benefícios, desde que não tenha havido rescisão.

**EMENDA 150 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprime do § 3º, art. 1º, da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, a parte final do inciso II, a fim de excluir a necessidade de pagamento dos tributos futuros, e o inciso IV, com objetivo de excluir a necessidade de regular cumprimento das obrigações com o FGTS, como requisitos para manutenção do PRT.

**EMENDA 151 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera a redação do § 2º do art. 1º da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, para esclarecer que não há inclusão automática de débitos no PRT.

## DOCUMENTOS

**EMENDA 152 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera a redação do caput do art. 2º e suprime o art. 3º, da Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017.

**EMENDA 153 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Hélio José (MDB/DF)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 154 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 155 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça (MDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 156 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 157 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 158 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Cristiane Brasil (PTB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## DOCUMENTOS

## EMENDA 159 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Tereza Cristina (PSB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprime o Art. 15 da MP 766/2017

---

## EMENDA 160 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Tereza Cristina (PSB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera o Art. 6º da MP 766/2017

---

## EMENDA 161 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Tereza Cristina (PSB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera o Art 5º da MP 766/2017

---

## EMENDA 162 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 766, de 2017:

---

## EMENDA 163 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 766, de 2017:

---

## EMENDA 164 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 766, de 2017:

---

## EMENDA 165 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 766, de 2017:

---

## DOCUMENTOS

## EMENDA 166 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 766, de 2017:

---

## EMENDA 167 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 766, de 2017:

---

## EMENDA 168 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Marcon (PT/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Inclua-se o art. 13-A na Medida Provisória, para criar a seguinte norma legal:

---

## EMENDA 169 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Marcon (PT/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Objetiva-se com a presente emenda incluir o § ao art. 3º para efeitos de dispor que poderá ser indeferido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, após oitiva do Incra, os parcelamentos de débitos cuja dívida está sendo garantida com penhora de imóveis rurais que sejam de interesse da reforma agrária.

---

## EMENDA 170 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Ronaldo Martins (REPUBLICANOS/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 171 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Ronaldo Martins (REPUBLICANOS/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 172 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal André Figueiredo (PDT/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV 766, de 2017

---

**EMENDA 173 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Paulo Maluf (PP/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 174 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Vanderlei Macris (PSDB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda MP 766/17

---

**EMENDA 175 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Onyx Lorenzoni (DEM/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766 de 2017.

---

**EMENDA 176 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Valdir Colatto (MDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 177 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 178 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Jerônimo Goergen (PP/RS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** EMENDA MODIFICATIVA Inclua-se A EMENDA MODIFICATIVA na Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017: Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao parágrafo 3º do artigo 9º da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017: "Art. 9º..... § 3º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP."

---

**EMENDA 179 - MPV 766/2017**

## DOCUMENTOS

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal João Carlos Bacelar (PL/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** A Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, passa a vigor acrescida do seguinte artigo, onde couber:

**EMENDA 180 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Andres Sanchez (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Alteração da redação do Artigo 1º, § 1º e § 3º, inciso II, da Medida Provisória para permitir que sejam incluídos os débitos relativos aos fatos jurídicos tributários ocorridos até dezembro de 2016, além da delimitação das pessoas jurídicas aptas a aderir ao PRT:

**EMENDA 181 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Andres Sanchez (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Inclusão do § 4º ao artigo 1º, da redação original da Medida Provisória nº 766/17, com a seguinte redação: "Art. 1º [...] § 4º É concedida a redução de 20% (vinte por cento) sobre as multas de lançamentos de ofício e sobre as penalidades aplicadas isoladamente às pessoas que aderirem ao PRT, não sendo aplicada à multa e aos juros moratórios aplicáveis aos débitos que trata o § 1º, do art. 1º, desta Lei."

**EMENDA 182 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda Aditiva

**EMENDA 183 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda Aditiva

**EMENDA 184 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda Aditiva

**EMENDA 185 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

**EMENDA 186 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Armando Monteiro (PTB/PE)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 187 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Armando Monteiro (PTB/PE)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 188 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

**EMENDA 189 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Inclua-se no artigo 2º da Medida Provisória 766, de 4 de janeiro de 2017, os §§10 e 11, com a seguinte redação:

**EMENDA 190 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Hildo Rocha (MDB/MA)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 191 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Deputado Federal Hildo Rocha (MDB/MA)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017  
**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 192 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017  
**Autor:** Senador Roberto Muniz (PP/BA)  
**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**EMENDA 193 - MPV 766/2017**

## DOCUMENTOS

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Pauderney Avelino (DEM/AM)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766 de 2017.

---

**EMENDA 194 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Pauderney Avelino (DEM/AM)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766 de 2017.

---

**EMENDA 195 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Pauderney Avelino (DEM/AM)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à Medida Provisória 766 de 2017.

---

**EMENDA 196 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 197 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 198 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 199 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## DOCUMENTOS

## EMENDA 200 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 201 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 202 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 203 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 204 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 205 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 206 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 207 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 208 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Laercio Oliveira (SOLIDARIEDADE/SE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 209 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Vicente Candido (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o Art. 3º da Medida Provisória 766, de 4 de janeiro de 2017, renumerando-se os demais.

## EMENDA 210 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Vicente Candido (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifique-se o caput do art. 2º da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, que passa a contar com a seguinte redação:

## EMENDA 211 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Vicente Candido (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifique-se o inciso IV do art. 2º da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, que passa a contar com a seguinte redação:

## EMENDA 212 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Vicente Candido (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dê-se ao § 5º, I, do art. 2º da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, a seguinte redação:

## DOCUMENTOS

## EMENDA 213 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Vicente Candido (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dê-se ao § 5º, IV, do art. 2º da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, a seguinte redação:

## EMENDA 214 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Vicente Candido (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se o § 10 ao art. 2º da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, com a seguinte redação:

## EMENDA 215 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Vicente Candido (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Art. O §1º do art. 49 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 216 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Vicente Candido (PT/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Art. O Art. 86 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 217 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Osmar Serraglio (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 218 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Osmar Serraglio (MDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 219 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Paes Landim (PTB/PI)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda

## DOCUMENTOS

Nacional.

**EMENDA 220 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Os §§ 1º e 2º, bem como o caput do art. 6º da MPV nº 766/2017 passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 6º Os depósitos existentes, vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados, serão automaticamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda da União, após aplicação das reduções previstas no art. 2º. § 1º Depois da alocação do valor depositado à dívida incluída no PRT, se restarem débitos não liquidados pelo depósito, o saldo devedor poderá ser quitado na forma prevista no art. 2º.

**EMENDA 221 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 4 DE JANEIRO DE 2017. Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O § 1º do art. 1º da MPV nº 766/2017, para passar a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º (...) § 1º Poderão ser quitados, na forma do PRT, os débitos de natureza tributária ou não tributária, declarados ou não, vencidos até 30 de novembro de 2016, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Medida Provisória, desde que o requerimento se dê no prazo de que trata o § 2º.

**EMENDA 222 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 4 DE JANEIRO DE 2017. Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Suprima-se a expressão "e a totalidade dos débitos exigíveis em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável", constante da parte final do § 2º do art. 1º da MPV nº 766/2017. JUSTIFICAÇÃO O § 2º do art. 1º da MPV nº 766/2017 prevê, em sua parte final, que a adesão ao Programa de Regularização Tributária - PRT abrangerá não apenas os débitos em discussão administrativa ou judicial indicados para compor o PRT, como também a totalidade dos débitos exigíveis em nome do sujeito passivo. A previsão de inserção automática no PRT da totalidade dos débitos exigíveis em nome do sujeito passivo viola os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da segurança jurídica, como se passará a expor. Inicialmente, cumpre enfatizar que o princípio da proporcionalidade exige que as normas sejam adequadas aos fins a que se destinam. Tal princípio é utilizado na ponderação de interesses, em busca do melhor interesse e resultado para a sociedade. É a partir da propor

**EMENDA 223 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 4 DE JANEIRO DE 2017. Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O caput e os incisos I, II, III e IV, e o § 1º do art. 2º e o caput do art. 3º da MPV nº 766/2017, passam a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria da Fazenda Nacional, o sujeito passivo que aderir ao PRT poderá liquidar os débitos de que trata o art. 1º mediante a opção por uma das seguintes modalidades: I - pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 40% (quarenta por cento) das isoladas, de 45% (quarenta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal; II - pagamento em espécie

## DOCUMENTOS

## EMENDA 224 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, DE 4 DE JANEIRO DE 2017. Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O § 3º do art. 5º da MPV nº 766/2017, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 5º (...) (...) § 3º A desistência e a renúncia de que tratam o caput eximem o autor da ação do pagamento dos honorários advocatícios em razão da extinção da ação. JUSTIFICAÇÃO O art. 5º da MPV nº 766/2017 dispõe que para o sujeito passivo incluir no Programa de Regularização Tributária - PRT os débitos em discussão administrativa ou judicial, deverá desistir previamente das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados, e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, bem como protocolar, no caso de ações judiciais, requerimento de extinção do processo com resolução do mérito. O § 3º do referido artigo, ao contrário de outros programas de parcelamento instituídos pelo governo federal, prevê que a desistência e a renúncia não eximem o autor da ação

## EMENDA 225 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 226 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 227 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 228 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 229 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 230 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Carmen Zanotto (CIDADANIA/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 231 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda Aditiva N° Inclua-se onde couber o seguinte artigo na Medida Provisória nº 766, de 2016: Art. xx As microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estão na condição de inativas e não tenham praticado crime tributário, poderão quitar seus débitos na forma do § 1º do art. 1º desta Medida Provisória com desconto de 95% do valor real.

---

**EMENDA 232 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal João Rodrigues (PSD/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 233 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

---

**EMENDA 234 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 235 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 236 - MPV 766/2017**

## DOCUMENTOS

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 237 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 238 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 239 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 240 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 241 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 242 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 243 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 244 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 245 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 246 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 247 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Roman (PSD/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

## EMENDA 248 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Marcelo Aro (PHS/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera tributação de call centers.

---

## EMENDA 249 - MPV 766/2017

## DOCUMENTOS

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Marcelo Aro (PHS/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera tributação de call centers.

---

**EMENDA 250 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Marcelo Aro (PHS/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera tributação de call centers.

---

**EMENDA 251 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 252 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 253 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 254 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

---

**EMENDA 255 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## DOCUMENTOS

## EMENDA 256 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal José Carlos Aleluia (DEM/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 257 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se os §§12, 13 e 14 ao art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003:

## EMENDA 258 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 259 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 260 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 261 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 262 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 263 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 264 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 265 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 266 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 267 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Otavio Leite (PSDB/RJ)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 268 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Orlando Silva (PCdoB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Inclua-se na Medida Provisória 766 de 2017, os parágrafos 10 e 11 ao art. 2º da MP: Art. 2º

.....

..... § 10 Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do

## DOCUMENTOS

caput, o sujeito passivo fará jus à redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 40% (quarenta por cento) das isoladas, de 45% (quarenta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal. § 11 Nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do caput, o sujeito passivo fará jus à redução de 90% (noventa por cento) das multas de mora e de ofício, de 35% (trinta e cinco por cento) das isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal." (NR)

**EMENDA 269 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Orlando Silva (PCdoB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dá nova redação ao art. 2º da MP 766, de 2017, e suprime se o Art. 3º:

**EMENDA 270 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Orlando Silva (PCdoB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dá nova redação ao parágrafo 9º do art. 2º e inclui se o parágrafo. 4º ao art. 9º da MP:

**EMENDA 271 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Orlando Silva (PCdoB/SP)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** O Art. 1º da Medida Provisória 766/2016, passa a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 10..... § 2o A adesão ao PRT ocorrerá por meio de requerimento a ser protocolado no prazo de até cento e vinte dias, contados a partir da data de publicação da regulamentação desta lei pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e abrangerá apenas os débitos indicados pelo sujeito passivo para compor o PRT. § 3o ..... II - o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no PRT; .....

**EMENDA 272 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda Aditiva para acrescentar à Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017, o § 10º ao artigo 2º e § 3º ao artigo 3º

**EMENDA 273 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Márcio Marinho (REPUBLICANOS/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda modificativa para alterar o §1º do artigo 1º e o artigo 3º Medida Provisória nº 766, de 04 de janeiro de 2017.

**EMENDA 274 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

**Descrição/Ementa:** Propõem-se as seguintes modificações no texto da MP 766, de 2017:

**EMENDA 275 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Carlos Marun (MDB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Art. 1º Altera-se art.11º da Medida Provisória nº 766/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 11º A opção pelo PRT implica manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal ou qualquer outra ação judicial, exceto em relação às garantias prestadas sob a forma de depósitos, arrestos ou bloqueios de numerários, que deverão seguir a regra definida no art. 8º.

**EMENDA 276 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Carlos Marun (MDB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** "Art. 1º Acrescente-se parágrafo único ao art.13º da Medida Provisória nº 766/2017: Parágrafo único. Os órgãos e setores da administração da dívida pública federal, inclusive procuradorias e órgãos detentores da titularidade dos débitos de natureza tributária e não tributária de que trata o art. 1º, deverão seguir os trâmites definidos pela regulamentação a ser editada com base no caput do presente artigo.

**EMENDA 277 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Carlos Marun (MDB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se da Medida Provisória nº 766/2017 o art.15º.

**EMENDA 278 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Carlos Marun (MDB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o § 4º no art.2º da Medida Provisória nº 766/2017.

**EMENDA 279 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Carlos Marun (MDB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Art. 1º Altera-se os incisos I, II, III e IV do art.2º da Medida Provisória nº 766/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art.1º.....

**EMENDA 280 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Carlos Marun (MDB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Art. 1º Alterar o § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 766/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art.1º..... § 1º Poderão ser quitados, na forma do PRT, os

## DOCUMENTOS

débitos de natureza tributária ou não tributária, inclusive aqueles relativos à lei federal n. 12.529, de 30 de novembro de 2011, vencidos até a publicação desta medida provisória, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Medida Provisória, desde que o requerimento se dê no prazo de que trata o § 2º(...).

**EMENDA 281 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Antonio Brito (PSD/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se onde couber os seguintes artigos:

**EMENDA 282 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Antonio Brito (PSD/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se onde couber o seguinte artigo:

**EMENDA 283 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Antonio Brito (PSD/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dê-se ao § 2º do art. 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

**EMENDA 284 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Antonio Brito (PSD/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente-se onde couber o seguinte artigo:

**EMENDA 285 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Jorge Côrte Real (PTB/PE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 290 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Celso Maldaner (MDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Alteram-se os incisos I e II do artigo 4º da Medida Provisória 766/2017

**EMENDA 289 - MPV 766/2017**

## DOCUMENTOS

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Celso Maldaner (MDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** TEXTO Dê-se aos arts. 2º e 3º da Medida Provisória a seguinte redação: "Art. 2º ..... I - pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, cinco por cento do valor da dívida consolidada e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ..... III - pagamento à vista e em espécie de cinco por cento do valor da dívida consolidada e parcelamento do restante em até noventa e seis prestações mensais e sucessivas; e ..... "Art. 3º ..... I - pagamento à vista de cinco por cento do valor da dívida consolidada e parcelamento do restante em até noventa e seis parcelas mensais e sucessivas; ou

**EMENDA 288 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Celso Maldaner (MDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescente onde couber na Medida Provisória 766, de 4 de janeiro de 2017: Art. XXX - Ficam obrigados ao recolhimento do percentual de 20% (vinte por cento) dos créditos presumidos de IPI gerados na Zona Franca de Manaus. § 1º - Serão responsáveis pelo recolhimento as indústrias ou equiparados a industrial, que adquiram os insumos mencionados no § 2º para sua produção, quando oriundos da Zona Franca de Manaus e que tenham sido objeto de algum benefício fiscal de IPI. § 2º - O recolhimento previsto no caput incidirá sobre o IPI - Imposto sobre produtos Industrializados, cujo fato gerador seja industrialização na Zona Franca de Manaus, dos produtos classificados nas posições 2106.90.10 Ex 01 e Ex 02. § 3º - Somente serão obrigados ao recolhimento previsto no caput, as indústrias ou equiparados a industrial, que tenham se aproveitado de créditos presumidos de insumos cuja a saída da Zona Franca de Manaus tenha sido tributada com alíquota zero...

**EMENDA 287 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Celso Maldaner (MDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o § 4º do artigo 6º da Medida Provisória 766/2017.

**EMENDA 286 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Jhc (PSB/AL)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dá nova redação à MPV 766/2017

**EMENDA 291 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Weliton Prado (PMB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifique-se o § 1º do artigo 3º da Medida Provisória nº 766/2017 para esta redação, renomeando-lhe como parágrafo único e extinguindo-se o § 2º: Art. 3º ... Parágrafo único - O parcelamento de débitos na forma prevista no caput não depende de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, exceto quando já houver penhora em execução fiscal ajuizada.

**EMENDA 292 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Weliton Prado (PMB/MG)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifique-se o § 3º do artigo 5º da Medida Provisória nº 766/2017 para esta redação: Art. 5º ... § 3º Ficam dispensados os honorários advocatícios em razão da extinção da ação na forma deste artigo.

**EMENDA 293 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 294 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 295 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 296 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Concessão de desconto de 90% (noventa por cento) dos juros e multas para pagamento à vista.

**EMENDA 297 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Possibilidade de utilização de Precatórios próprios ou de terceiros para liquidação dos débitos inseridos no Programa de Regularização Tributária - PRT

**EMENDA 298 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Possibilidade de liquidação dos débitos inseridos no Programa de Regularização Tributária - PRT mediante dação em pagamento, nos termos da Lei Federal nº 13.259/16.

## DOCUMENTOS

## EMENDA 299 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL de anos anteriores para liquidar os débitos no âmbito da SRFB e PGFN por empresas que migraram do regime de lucro real para outro regime de apuração.

## EMENDA 300 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

## EMENDA 301 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Utilização da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP por ocasião do pagamento da prestação mensal ao invés da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC;.

## EMENDA 302 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Possibilidade de utilização de 100% (cem por cento) do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da CSLL como crédito para liquidar os débitos inseridos no Programa de Regularização Tributária - PRT.

## EMENDA 303 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Retirada da decretação de falência como hipótese de exclusão do Programa.

## EMENDA 304 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Possibilidade de adesão ao Programa de Regularização Tributária - PRT das Pessoas Jurídicas em Recuperação Judicial.

## EMENDA 305 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 306 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Newton Cardoso Jr (MDB/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**EMENDA 307 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Tereza Cristina (PSB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à SRFB e à PGFN.

**EMENDA 308 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputada Federal Tereza Cristina (PSB/MS)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à SRFB e à PGFN.

**EMENDA 313 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** "Art. 15. Ficam revogados: I - o art. 38 da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014; II - o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997."

**EMENDA 312 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** § 1º Poderão ser quitados, na forma do PRT, os débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 31 de janeiro de 2017, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Medida Provisória, desde que o requerimento se dê no prazo de que trata o § 2º.

**EMENDA 311 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** § 2º A adesão ao PRT ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado no prazo de até cento e vinte dias, contado a partir da regulamentação estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e abrangerá os débitos em discussão administrativa ou judicial indicados para compor o PRT e os débitos exigíveis em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, por este indicados.

## DOCUMENTOS

## EMENDA 310 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** § 4º O sujeito passivo que aderir ao PRT fará jus à redução de 90% (cem por cento) do valor das multas de mora, de ofício e isoladas e dos juros de mora, e de 100% do valor dos encargos legais." "Art. 2º..... § 7º A falta do pagamento de que trata o § 6º implicará a exclusão do devedor do PRT e o conseqüente restabelecimento da cobrança dos débitos remanescentes e cancelamento da redução de que trata o § 4º do art. 1º em relação a todo o débito parcelado.

## EMENDA 314 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** § 10. Para a consolidação de débitos inclusos em parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, deve ser debitado o montante já pago durante os referidos parcelamentos. § 11. Desde que consolidada a dívida, é autorizada a quitação por meio de compensação com precatório federal. § 12. Em caso de cancelamento do precatório utilizado para a compensação a que se refere o § 11, o sujeito passivo será intimado para que efetue o pagamento dos débitos outrora compensados no prazo de cento e oitenta dias."

## EMENDA 315 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** II - pagamento em espécie de, no mínimo, vinte e quatro por cento da dívida consolidada em noventa e seis prestações mensais e sucessivas e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e III - pagamento da dívida consolidada em até duzentas e quarenta prestações mensais e sucessivas, calculadas de modo a observar os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada: a) da primeira à vigésima quarta prestação - 0,5% (cinco décimos por cento); b) da vigésima quinta à quadragésima oitava prestação - 0,6% (seis décimos por cento);

## EMENDA 316 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifica-se o § 1º e § 2º do art.1º da Medida Provisória nº 766, de 2017, passa vigorar com a seguinte redação

## EMENDA 309 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifica-se o parágrafo 3º em seus incisos II, III e suprimir inciso IV do art. 1º. da Medida Provisória nº 766, de 2017, que passa vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 317 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Art. 2º O sujeito passivo que aderir ao PRT poderá liquidar os débitos de que trata o art. 1º mediante a opção por uma das seguintes modalidades: I - pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, outros créditos próprios, inclusive os créditos descritos no Art. 43 da Lei nº 12.431/2011, relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou com o Redirecionamento dos pagamentos efetuados em outros parcelamentos à RFB/PGFN conforme indicados pelo contribuinte e auferidos pela UNIÃO na consolidação dos débitos, observando: a) a soma dos créditos indicados pela empresa durante o prazo de adesão; b) para o pagamento dos vinte por cento da dívida consolidada, poderão ser redirecionados os pagamentos, em espécie, efetuados em outros parcelamentos à RFB/PGFN conforme indicados pelo contribuinte e auferidos pela UNIÃO na consolidação dos débitos c) o pagamento pelo sujeito passivo em 12 parcelas de eventual resíduo; d) a restituição pela União em 12 parc

## EMENDA 318 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifica-se o inciso III do art. 2ºda Medida Provisória nº 766, de 2017, passa vigorar com a seguinte redação: III - pagamento do valor da dívida consolidada em até duzentos e quarenta prestações mensais e sucessivas; e

## EMENDA 319 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprimir o inciso IV e §1º do art. 2ºda Medida Provisória nº 766, de 2017, que passa vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 320 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprimir o inciso IV e §1º do art. 2ºda Medida Provisória nº 766, de 2017, que passa vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 321 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** § 4º O contribuinte que aderir ao PRT poderá utilizar para fins de amortização, após aplicação das reduções previstas nesta norma, sem ordem de preferência: I - precatórios oriundos de processos judiciais que o aderente ao programa possui perante a União; II - dação em pagamento de bens imóveis, nos termos da Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016; III - cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado."

## EMENDA 322 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** § Os débitos de que trata o PRT poderão ser pagos ou parcelados com aplicação dos seguintes percentuais de redução: I - parcelados em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício, das isoladas, dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal e honorários advocatícios; II - parcelados em até 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais, com redução de 50% (cinquenta por cento) das multas de

## DOCUMENTOS

mora e de ofício, das isoladas, dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal e honorários advocatícios; III - parcelados em até 360 (trezentos e sessenta) prestações mensais, com redução de 30% (trinta por cento) das multas de mora e de ofício, das isoladas, dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal e honorários advocatícios."

**EMENDA 323 - MPV 766/2017****Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017**Descrição/Ementa:** § 3º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes ao teto da inflação: 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) acrescido de mais um em meio ponto percentual."**EMENDA 324 - MPV 766/2017****Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017**Descrição/Ementa:** I - R\$ 100,00 (cem reais), quando o devedor for pessoa física; e II - R\$ 200,00 (duzentos reais), quando o devedor for pessoa jurídica."**EMENDA 325 - MPV 766/2017****Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017**Descrição/Ementa:** "Art. 9º ..... § 4º O prazo máximo para confirmação dos créditos de que trata o § 3º deste artigo é de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar da manifestação do contribuinte por sua opção, cuja regulamentação será estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional."**EMENDA 326 - MPV 766/2017****Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017**Descrição/Ementa:** Poderão ser quitados na forma do PRT, inclusive, os débitos decorrentes de retenção obrigatória na fonte e de contribuições devidas a terceiros, nos termos da legislação, constituídos ou não, vencidos até 30 de novembro de 2016. "**EMENDA 327 - MPV 766/2017****Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017**Descrição/Ementa:** "Art. 5. Para incluir no PRT débitos que se encontrem em discussão administrativa ou judicial, o sujeito passivo deverá, no prazo de até 90 (noventa) dias após a apresentação do requerimento de adesão ao PRT, apresentar prova da desistência das impugnações ou dos recursos administrativos e das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados, e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações e recursos ou ações judiciais, e protocolar, no caso de ações judiciais, requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do caput do art. 487 da Lei no 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil.  
....."**EMENDA 328 - MPV 766/2017**

## DOCUMENTOS

**Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dê-se ao § 9 do art. 2 nova redação e inclua-se § 4o ao art. 9º da Medida Provisória nº 766, de 2017, que passa a ter a seguinte redação: Art. 2º ..... § 9o A Secretaria da Receita Federal do Brasil dispõe do prazo de doze meses a partir do requerimento de adesão ao PRT para a análise da quitação na forma prevista no caput, sendo homologada tacitamente a liquidação após esse prazo. "Art. 9o ..... § 4o Na hipótese do § 1o deste artigo, se a consolidação da dívida não se der em até doze meses, a dívida objeto de parcelamento a partir de então estará sujeita a uma redução de 30% (trinta por cento) dos juros previstos nos termos do § 3o deste artigo, até a data da efetiva consolidação da dívida pela Receita Federal do Brasil." (NR)

## EMENDA 329 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Medida Provisória nº 766/2017 os seguintes dispositivos: "Art. 1o ..... § 2o A adesão ao PRT ocorrerá por meio de requerimento a ser protocolado no prazo de até cento e vinte dias, contados a partir da data de publicação da regulamentação desta lei pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e abrangerá apenas os débitos indicados pelo sujeito passivo para compor o PRT I. § 3o ..... II - o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no PRT;

## EMENDA 330 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Art. 2o O sujeito passivo que aderir ao PRT poderá liquidar os débitos de que trata o art. 1o mediante a opção por uma das seguintes modalidades: ..... § 2o Na liquidação dos débitos na forma prevista nos incisos I e II do caput, poderão ser utilizados créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 29 de julho de 2016, próprios ou do responsável tributário ou corresponsável pelo débito, e de empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2015, domiciliadas no País, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pela quitação.

## EMENDA 331 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescenta-se ao texto da Medida Provisória 766/17, onde couber, o seguinte artigo: Art. xxx - Os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), decorrentes dos produtos classificados nas posições 2106.90.10 Ex 01 e Ex 02, ambos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), oriundos de estabelecimentos que tenham projetos aprovados pela SUFRAMA, poderão somente ser compensados na apuração do IPI de produtos classificados na posição 2202 da TIPI.

## EMENDA 332 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Art. xxx - Ficam reduzidos, nos termos abaixo, os percentuais do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os produtos

## DOCUMENTOS

classificados nas posições 2106.90.10 Ex 01 e Ex 02, ambos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI): I - 12% para o ano de 2018; II - 8% para o ano de 2019; III - 4% para o ano de 2020.

**EMENDA 333 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescenta-se ao texto da Medida Provisória 766/17, onde couber, o seguinte artigo: Art. xxx - Ficam reduzidos, nos termos abaixo, os percentuais do Imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os produtos classificados nas posições 2106.90.10 Ex 01 e Ex 02, ambos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI): I - 12% para o ano de 2018; II - 8% para o ano de 2019; III - 4% para o ano de 2020. Art. xxx - Os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), decorrentes dos produtos classificados nas posições 2106.90.10 Ex 01 e Ex 02, ambos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), oriundos de estabelecimentos que tenham projetos aprovados pela SUFRAMA, poderão somente ser compensados na apuração do IPI de produtos classificados na posição 2202 da TIPI.

**EMENDA 351 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifica o § 9º do art. 2º da Medida Provisória nº 766, de 2017, que passa vigorar com a seguinte redação: § 9º A Secretaria da Receita Federal do Brasil dispõe do prazo de 12 meses a partir do requerimento de adesão ao PRT.

**EMENDA 350 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprimir art. 3º da Medida Provisória nº 766, de 2017, que passa vigorar com a seguinte redação:

**EMENDA 349 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifica-se os art. 4º e Art. 5º da Medida Provisória nº 766, de 2017, que passa vigorar com a seguinte redação: Art. 4º O valor mínimo de cada prestação mensal dos parcelamentos previstos no artigo 2º será de: I - R\$ 100,00 (cem reais), quando o devedor for pessoa física; e II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando o devedor for pessoa jurídica.

**EMENDA 348 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Inclui-se o § 4º ao art. 9º da Medida Provisória nº 766, de 2017, que passa vigorar com a seguinte redação: § 4º Na hipótese do § 1º deste artigo, se a consolidação da dívida não se der em até doze meses, a dívida objeto de parcelamento a partir de então estará sujeita a uma redução de 30% (trinta por cento) dos juros previstos nos termos do § 3º deste artigo, até a data da efetiva consolidação da dívida pela Receita Federal do Brasil. " (NR).

**EMENDA 352 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

## DOCUMENTOS

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Modifica-se o art. 8º da Medida Provisória nº 766, de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 8º Os valores oriundos de constrição judicial depositados na conta única do Tesouro Nacional até a data de publicação desta Medida Provisória poderão ser utilizados para o pagamento à vista correspondente a entrada de que tratam os incisos I, II e III do caput do Art. 2º.

**EMENDA 347 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o art. 12º da Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017. Art. 12 Aplicam-se aos parcelamentos o disposto no art. 11, caput e § 2º e § 3º, no art. 12 e no art. 14, caput, inciso IX, da Lei nº 10.522, de 2002. Parágrafo único. Aos parcelamentos não se aplicam o disposto: I - no § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000; II - no § 10 do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003; e III - no art. 15 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996.

**EMENDA 346 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Incluir o § 4º no art. 1º da Medida Provisória nº 766, de 2017, passa vigorar com a seguinte redação: § 4º - Os débitos inscritos no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Receita Federal do Brasil, quando aplicáveis ficam sujeitos a redução de: I - 90% (noventa por cento) de descontos nos juros, multas moratórias, de ofícios e isoladas; II - 100% (cem por cento) de desconto nos encargos legais e honorários advocatícios.

**EMENDA 345 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescenta-se, onde couber, ao texto da MP 766/17, o seguinte artigo: Art x Revogam-se o artigo 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e o artigo 38 da Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, renumerando-se os demais.

**EMENDA 344 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** MEDIDA PROVISÓRIA Nº 766, de 4 de janeiro de 2017 Altera o §1º do art. 1º:da Medida Provisória nº 765, de 2017, passa vigorar com a seguinte redação: "§ 1º Poderão ser quitados, na forma do PRT, os débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2016, de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou ainda provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação desta Medida Provisória, desde que o requerimento se dê no prazo de que trata o § 2º."

**EMENDA 343 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera o inciso II do §3º do art. 1º da Medida Provisória nº 766, de 2017, passa vigorar com a seguinte redação: "II - o dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados no PRT;"

## DOCUMENTOS

## EMENDA 342 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera-se o artigo 2º da Medida Provisória 766/2017: Art. 2º No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da União, o sujeito passivo que aderir ao PRT poderá liquidar os débitos de que trata o art. 1º mediante a opção por uma das seguintes modalidades: I - pagos a vista, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 40% (quarenta por cento) das isoladas, de 45% (quarenta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal;

## EMENDA 341 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o inciso III do § 3º do artigo 1º da Medida Provisória nº 766, de 2017, passa vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 340 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o inciso IV do § 3º do artigo 1º da Medida Provisória nº 765, de 2017, passa vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 339 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o § 7º do artigo 2º da Medida Provisória nº 766, de 2017, passa vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 338 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o artigo 3º da Medida Provisória 766/2017, passa vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 337 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se os §§ 1º e 2º do artigo 3º da Medida Provisória 766/2017, passa vigorar com a seguinte redação:

## EMENDA 336 - MPV 766/2017

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera-se os incisos I e II do artigo 4º da Medida Provisória 766/2017, passa vigorar com a seguinte redação: "..... I - R\$ 100,00 (cem reais), quando o devedor for pessoa física; e II - R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando o devedor for pessoa jurídica."

**EMENDA 335 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o artigo 12º da Medida Provisória 766/2017, passa vigorar com a seguinte redação:

**EMENDA 334 - MPV 766/2017**

**Data:** 07/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Acrescenta-se, onde couber, ao texto da MP 766/17, o seguinte artigo: Artigo x: Revogam-se o artigo 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007 e o artigo 38 da Medida Provisória 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, renumerando-se os demais.

**EMENDA 353 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Jorginho Mello (PL/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda aditiva a MPV 766 de 2017, que trata da inclusão diferenciada das empresas em recuperação judicial ao PRT.

**EMENDA 354 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Jorginho Mello (PL/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda aditiva a MPV 766 de 2017, que trata da inclusão diferenciada das empresas em recuperação judicial ao PRT.

**EMENDA 355 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Motta (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Incluam-se na Medida Provisória nº 766, de 05 de janeiro de 2017, onde couber o seguinte artigo:

**EMENDA 356 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Motta (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Art. XX O artigo 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**EMENDA 357 - MPV 766/2017**

## DOCUMENTOS

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Motta (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Inclua-se na Medida Provisória nº 766, de 05 de janeiro de 2017, onde couber, o seguinte artigo: "Art. XX O artigo 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**EMENDA 358 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Motta (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** O §3º do art. 5º da Medida Provisória nº 766, de 05 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**EMENDA 359 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Motta (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Incluam-se na Medida Provisória nº 766, de 05 de janeiro de 2017, onde couber o seguinte artigo:

**EMENDA 360 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Motta (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Dê-se ao § 1º do art. 1º, ao caput do art. 2º, ao caput do art. 4º e ao § 1º do art. 9º da Medida Provisória nº 766, de 05 de janeiro de 2017, a seguinte redação, suprimindo-se o art. 3º e renumerando-se os artigos seguintes.

**EMENDA 361 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Hugo Motta (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** "Art. 6º .....

**EMENDA 362 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal André Amaral (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, se houver saldo remanescente após a amortização com créditos, este poderá ser parcelado em até cento e vinte prestações adicionais, vencíveis a partir do mês seguinte ao pagamento à vista ou do mês seguinte ao do pagamento da vigésima quarta prestação, no valor mínimo de 1/120 (um cento e vinte avos) do referido saldo. "

**EMENDA 363 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal André Amaral (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Altera os incisos I e II do Art. 3º da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

## EMENDA 364 - MPV 766/2017

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal André Amaral (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se da Medida Provisória nº 766, de 2017 o inciso III, do § 3º, do Artigo 1º

## EMENDA 365 - MPV 766/2017

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal André Amaral (MDB/PB)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se da Medida Provisória nº 766, de 2017 os § 1º e 2º, do Artigo 3º

## EMENDA 366 - MPV 766/2017

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal João Gualberto (PSDB/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** " Art... O Art. 15º da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, passa a vigorar acrescido de um § 4º, com a seguinte redação: § 4º. Fica expressamente vedada, independente de entendimentos anteriores contrários, a exclusão do Refis de pessoas jurídicas optantes que se encontrem adimplentes, mas cujas parcelas mensais de pagamento no Programa não sejam suficientes para amortizar a dívida assumida, salvo em caso de comprovada má fé".

## EMENDA 367 - MPV 766/2017

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Adail Carneiro (PP/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda do Deputado Adail Carneiro à MPV 766/2017.

## EMENDA 368 - MPV 766/2017

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Adail Carneiro (PP/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda do Deputado Adail Carneiro à MPV 766/2017.

## EMENDA 369 - MPV 766/2017

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Adail Carneiro (PP/CE)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda do Deputado Adail Carneiro à MPV 766/2017.

## EMENDA 370 - MPV 766/2017

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Zeca Dirceu (PT/PR)

## DOCUMENTOS

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o §4º do artigo 6º da MP 766/2017

---

**EMENDA 371 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Zeca Dirceu (PT/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o §3º do artigo 5º da MP 766/2017

---

**EMENDA 372 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Zeca Dirceu (PT/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se os incisos II, VI e VII do artigo 10º da Medida Provisória 766/2017

---

**EMENDA 373 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Zeca Dirceu (PT/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o artigo 15º da Medida Provisória 766/2017

---

**EMENDA 374 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Zeca Dirceu (PT/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Suprima-se o artigo 11º da Medida Provisória 766/2017

---

**EMENDA 376 - MPV 766/2017**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Valmir Assunção (PT/BA)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV

---

**Avulso de emendas**

**Data:** 08/02/2017

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação Legislativa:** Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 376 (trezentos e setenta e seis) emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Senador Otto Alencar 001; 002; Deputado Mário Negromonte Jr. 003; Deputado Luis Carlos Heinze 004; 005; 089; Deputado Walter Ihoshi 006; Senador Cidinho Santos 007; 008; 009; 035; 036; 037; 038; 114; 115; 116; Senador Acir Gurgacz 010; 011; 012; 013; 014; 117; 118; 119; 120; 121; 122; 123; 196; Deputado Jerônimo Goergen 015; 016; 017; 018; 178; Deputado Bilac Pinto 019; 020; 021; 022; Senador Paulo Bauer 023; 024; 025; 026; 027; 028; 029; 134; 135; 136; 156; 157; Deputado Dilceu Sperafico 030; Deputado Helder Salomão 031; 032; 033; 034; 124; Deputado Marcus Pestana 039; 040; 041; 042; Deputado Luiz Carlos Hauly 043; 087; 162; 163; 164; 165; 166; 167; 274; Deputado Alex Manente 044; 045; 046; 047; Deputado Hildo Rocha 048; 190; 191; Deputado Laercio Oliveira 049; 050; 051; 052; 053; 197; 198; 199; 200; 201; 202; 203; 204;

## DOCUMENTOS

205; 206; 207; 208; Deputado Félix Mendonça Júnior 054; 055; 056; 057; 058; 059; 060; 061; 062; Deputado Antonio Carlos Mendes Thame 063; 064; 065; 066; 067; Senador Vicentinho Alves 068; 069; 070; Senador Armando Monteiro 071; 072; 073; 185; 186; 187; 233; Senador Sergio Souza 074; 076; 077; 078; 079; 080; 081; 100; Deputado Marinaldo Rosendo 075; 082; Deputado Patrus Ananias 083; 084; Deputado Alan Rick 085; 086; Deputado Luiz Fernando Faria 088; Senador José Pimentel 090; 091; Deputado Osmar Serraglio 092; 217; 218; Senador Cássio Cunha Lima 093; Deputada Gorete Pereira 094; 095; 096; 097; 098; 099; Senador Flexa Ribeiro 101; 102; 103; 104; 105; Deputado Arnaldo Faria de Sá 106; 107; 220; 221; 222; 223; 224; Deputado Danilo Forte 108; 109; Deputado Benito Gama 110; 111; 112; Deputado Sandro Alex 113; Deputado Herculano Passos 125; 126; Deputado José Carlos Aleluia 127; 128; 129; 130; 131; 132; 251; 252; 253; 254; 255; 256; Senador Lasier Martins 133; Deputada Raquel Muniz 137; Senador Ronaldo Caiado 138; 139; 140; 141; Senador Valdir Raupp 142; 143; Deputado Hugo Leal 144; 145; 146; 147; 148; 149; 150; 151; 152; Senador Hélio José 153; Deputado Rogério Peninha Mendonça 154; 155; Deputada Cristiane Brasil 158; Deputada Tereza Cristina 159; 160; 161; 307; 308; Deputado Marcon 168; 169; Deputado Ronaldo Martins 170; 171; Deputado André Figueiredo 172; Deputado Paulo Maluf 173; Deputado Vanderlei Macris 174; Deputado Onyx Lorenzoni 175; Deputado Valdir Colatto 176; Senadora Lúcia Vânia 177; Deputado João Carlos Bacelar 179; Deputado Andres Sanchez 180; 181; Deputado Pedro Uczai 182; 183; 184; Deputado Izalci Lucas 188; 189; 257; Senador Roberto Muniz 192; Deputado Pauderney Avelino 193; 194; 195; Deputado Vicente Candido 209; 210; 211; 212; 213; 214; 215; 216; Deputado Paes Landim 219; Deputada Carmen Zanotto 225; 226; 227; 228; 229; 230; Deputado Zé Silva 231; Deputado João Rodrigues 232; Deputado Evandro Roman 234; 235; 236; 237; 238; 239; 240; 241; 242; 243; 244; 245; 246; 247; Deputado Marcelo Aro 248; 249; 250; Deputado Otavio Leite 258; 259; 260; 261; 262; 263; 264; 265; 266; 267; Deputado Orlando Silva 268; 269; 270; 271; Deputado Márcio Marinho 272; 273; Deputado Carlos Marun 275; 276; 277; 278; 279; 280; Deputado Antonio Brito 281; 282; 283; 284; Deputado Jorge Côrte Real 285; Deputado Jhc 286; Deputado Celso Maldaner 287; 288; 289; 290; Deputado Weliton Prado 291; 292; Deputado Newton Cardoso Jr 293; 294; 295; 296; 297; 298; 299; 300; 301; 302; 303; 304; 305; 306; Deputado Alfredo Kaefer 309; 310; 311; 312; 313; 314; 315; 316; 317; 318; 319; 320; 321; 322; 323; 324; 325; 326; 327; 328; 329; 330; 331; 332; 333; 334; 335; 336; 337; 338; 339; 340; 341; 342; 343; 344; 345; 346; 347; 348; 349; 350; 351; 352; Deputado Jorginho Mello 353; 354; Deputado Hugo Motta 355; 356; 357; 358; 359; 360; 361; Deputado André Amaral 362; 363; 364; 365; Deputado João Gualberto 366; Deputado Adail Carneiro 367; 368; 369; Deputado Zeca Dirceu 370; 371; 372; 373; 374; Deputado Marcelo Álvaro Antônio 375; e Deputado Valmir Assunção 376 (fls. 27 a 815).  
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional.

## EMENDA 375 - MPV 766/2017

**Data:** 09/02/2017

**Autor:** Deputado Federal Marcelo Álvaro Antônio (PL/MG)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Descrição/Ementa:** Emenda à MPV

## Requerimento

**Data:** 09/02/2017

**Autor:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação Legislativa:** Retiradas as emendas nºs 26 e 28 pelo seu autor, Senador Paulo Bauer (fl.816).

**Descrição/Ementa:** Retirada de emendas

## Nota Técnica

**Data:** 16/03/2017

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação Legislativa:** Recebida Nota Técnica nº 8/2017, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, atendendo ao disposto no artigo 19, da Resolução nº 1/2002-CN (fls. 823 s 832)

**Descrição/Ementa:** Nota Técnica

## REQ 1/2017 - MPV 766/2017

**Data:** 31/03/2017

**Autor:** Deputado Federal Alfredo Kaefer (PSL/PR)

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

## DOCUMENTOS

- Ação Legislativa:** Apresentado o Requerimento nº 1 pelo Deputado Alfredo Kaerfer, solicitando a realização de Audiência Pública para instruir a matéria (fls. 835 e 836).
- Descrição/Ementa:** Requeiro a realização de reunião de Audiência Pública com a finalidade de debater, no contexto da Medida Provisória, 766/2017, as adequações técnicas que atendam a realidade do setor produtivo, no sentido de viabilizar a retomada do crescimento econômico.

## REQ 2/2017 - MPV 766/2017

- Data:** 05/04/2017
- Autor:** Deputado Federal Hugo Leal (PSB/RJ)
- Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017
- Ação Legislativa:** Apresentado o Requerimento nº 2 pelo Deputado Hugo Leal, solicitando inclusão de convidado em Audiência Pública (fl. 838).
- Descrição/Ementa:** Requer a Inclusão de participante nos debates da Comissão Mista da Medida Provisória nº 766/2017.

## Relatório Legislativo

- Data:** 03/05/2017
- Autor:** Deputado
- Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017
- Ação Legislativa:** Recebido Relatório do Deputado Newton Cardoso Jr.
- Descrição/Ementa:** Relatório do Deputado Newton Cardoso Jr.

## Decisão de Comissão

- Data:** 03/05/2017
- Autor:** Comissão do Congresso Nacional
- Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017
- Ação Legislativa:** Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista. Aprovado o Relatório do Deputado Newton Cardoso Jr, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 766, de 2017, e suas emendas, e pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, assim como, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, pela aprovação total ou parcial das emendas nºs 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 29, 30, 32, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 101, 104, 110, 115, 117, 119, 120, 122, 125, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 173, 175, 176, 180, 181, 183, 186, 188, 189, 190, 196, 200, 201, 206, 211, 214, 220, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 238, 239, 244, 246, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 260, 261, 262, 264, 266, 268, 269, 272, 279, 282, 284, 285, 292, 310, 315, 318, 321, 322, 325, 330, 333, 338, 342, 345, 346, 350, 353, 354, 355, 358, 359, 361, 363, 367, 368, 369, 375, e pela rejeição das demais emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. Prejudicados os Requerimentos nºs 1 e 2. Aprovada a ata da 2ª Reunião. À SLCN. (anexados: convocações, lista de presença, relatório, decisão da Comissão, texto final e atas da 1ª e 2ª Reuniões às fls. 839 a 897).

## Texto final da Comissão - PLV

- Data:** 03/05/2017
- Autor:** Comissão
- Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017
- Ação Legislativa:** Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista. Aprovado o Relatório do Deputado Newton Cardoso Jr, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 766, de 2017, e suas emendas, e pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, assim como, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, pela aprovação total ou parcial das emendas nºs 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 29, 30, 32, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 101, 104, 110, 115, 117, 119, 120, 122, 125, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158,

## DOCUMENTOS

160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 173, 175, 176, 180, 181, 183, 186, 188, 189, 190, 196, 200, 201, 206, 211, 214, 220, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 238, 239, 244, 246, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 260, 261, 262, 264, 266, 268, 269, 272, 279, 282, 284, 285, 292, 310, 315, 318, 321, 322, 325, 330, 333, 338, 342, 345, 346, 350, 353, 354, 355, 358, 359, 361, 363, 367, 368, 369, 375, e pela rejeição das demais emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

Prejudicados os Requerimentos nºs 1 e 2.

Aprovada a ata da 2ª Reunião.

À SLCN.

(anexados: convocações, lista de presença, relatório, decisão da Comissão, texto final e atas da 1ª e 2ª Reuniões às fls. 839 a 897).

## PAR 1/2017

**Data:** 03/05/2017

**Autor:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação Legislativa:** Realizada a 2ª Reunião da Comissão Mista.

Aprovado o Relatório do Deputado Newton Cardoso Jr, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 766, de 2017, e suas emendas, e pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária, assim como, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, pela aprovação total ou parcial das emendas nºs 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 29, 30, 32, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 86, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 101, 104, 110, 115, 117, 119, 120, 122, 125, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 148, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 173, 175, 176, 180, 181, 183, 186, 188, 189, 190, 196, 200, 201, 206, 211, 214, 220, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 232, 238, 239, 244, 246, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 260, 261, 262, 264, 266, 268, 269, 272, 279, 282, 284, 285, 292, 310, 315, 318, 321, 322, 325, 330, 333, 338, 342, 345, 346, 350, 353, 354, 355, 358, 359, 361, 363, 367, 368, 369, 375, e pela rejeição das demais emendas, na forma do projeto de lei de conversão apresentado.

Prejudicados os Requerimentos nºs 1 e 2.

Aprovada a ata da 2ª Reunião.

À SLCN.

(anexados: convocações, lista de presença, relatório, decisão da Comissão, texto final e atas da 1ª e 2ª Reuniões às fls. 839 a 897).

**Descrição/Ementa:** Relatório do Deputado Newton Cardoso Jr.

## Quadro Comparativo

**Data:** 08/05/2017

**Autor:** Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Descrição/Ementa:** Quadro Comparativo Legislação X MPV 766/2017 X PLV 10/2017 (aprovado na Comissão)

## Avulso de PLV

**Data:** 10/05/2017

**Autor:** Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 215, de 10/05/17, encaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados o processado da referida Medida Provisória (PLV nº 10, de 2017, aprovado com emendas pela Comissão Mista).  
À CD.

**Descrição/Ementa:** Institui o Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, à Procuradoria-Geral Federal e às autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.

## OF. 215/2017

**Data:** 10/05/2017

**Autor:** Senador Eunício Oliveira (MDB/CE)

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 215, de 10/05/17, encaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados o processado da referida

## DOCUMENTOS

Medida Provisória (PLV nº 10, de 2017, aprovado com emendas pela Comissão Mista).  
À CD.

**Descrição/Ementa:** Comunica aprovação do PLV 10/2017, considerando não escritos os artigos que menciona.

## Questão de Ordem

**Data:** 12/05/2017

**Autor:** Deputado Federal Pauderney Avelino (DEM/AM)

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Juntadas, às págs. 955 a 963, os seguintes documentos:

- Of. 441/SGM/P/17, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o processado da MPV 766/17 a esta Casa;
- Questão de Ordem nº 1/2017, do Deputado Pauderney Avelino;
- Of. 397/SGM/P/2017, que encaminha a referida Questão de Ordem;
- Cópia do Of. 216/2017-CN, do 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, contendo resposta à Questão de Ordem suscitada;
- Recurso s/n, do Deputado Alexandre Baldy, contra decisão da Questão de Ordem;
- Of. 222/2017-CN, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que reconsidera a decisão anterior e encaminha o processado da presente matéria ao reexame da Comissão Mista da MPV 766/2017.

À COCM.

**Descrição/Ementa:** Requer seja determinada a nulidade da votação do Parecer da Comissão da Medida Provisória 766/2017.

## OFCN 216/2017

**Data:** 12/05/2017

**Autor:** Presidente do Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Juntadas, às págs. 955 a 963, os seguintes documentos:

- Of. 441/SGM/P/17, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o processado da MPV 766/17 a esta Casa;
- Questão de Ordem nº 1/2017, do Deputado Pauderney Avelino;
- Of. 397/SGM/P/2017, que encaminha a referida Questão de Ordem;
- Cópia do Of. 216/2017-CN, do 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, contendo resposta à Questão de Ordem suscitada;
- Recurso s/n, do Deputado Alexandre Baldy, contra decisão da Questão de Ordem;
- Of. 222/2017-CN, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que reconsidera a decisão anterior e encaminha o processado da presente matéria ao reexame da Comissão Mista da MPV 766/2017.

À COCM.

**Descrição/Ementa:** Decisão sobre a Questão de Ordem nº 1 de 2017 (CN)

## Recurso

**Data:** 12/05/2017

**Autor:** Deputado

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Juntadas, às págs. 955 a 963, os seguintes documentos:

- Of. 441/SGM/P/17, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o processado da MPV 766/17 a esta Casa;
- Questão de Ordem nº 1/2017, do Deputado Pauderney Avelino;
- Of. 397/SGM/P/2017, que encaminha a referida Questão de Ordem;
- Cópia do Of. 216/2017-CN, do 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, contendo resposta à Questão de Ordem suscitada;
- Recurso s/n, do Deputado Alexandre Baldy, contra decisão da Questão de Ordem;
- Of. 222/2017-CN, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que reconsidera a decisão anterior e encaminha o processado da presente matéria ao reexame da Comissão Mista da MPV 766/2017.

À COCM.

## Ofício

**Data:** 12/05/2017

## DOCUMENTOS

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Juntadas, às págs. 955 a 963, os seguintes documentos:

- Of. 441/SGM/P/17, do Presidente da Câmara dos Deputados, que encaminha o processado da MPV 766/17 a esta Casa;
- Questão de Ordem nº 1/2017, do Deputado Pauderney Avelino;
- Of. 397/SGM/P/2017, que encaminha a referida Questão de Ordem;
- Cópia do Of. 216/2017-CN, do 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, contendo resposta à Questão de Ordem suscitada;
- Recurso s/n, do Deputado Alexandre Baldy, contra decisão da Questão de Ordem;
- Of. 222/2017-CN, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, que reconsidera a decisão anterior e encaminha o processado da presente matéria ao reexame da Comissão Mista da MPV 766/2017.

À COCM.

## Decisão ou Despacho

**Data:** 12/05/2017

**Autor:** -

**Local:** Comissão Mista da Medida Provisória nº 766, de 2017

**Ação Legislativa:** Anexado Ofício nº 002/MPV-766/2017 do Presidente da Comissão, Senador Otto Alencar, remetendo a matéria ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira (fls. 964 e 965).

## Ofício

**Data:** 15/05/2017

**Autor:** Presidente do Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Anexado Ofício CN nº 223, de 15/05/17, reencaminhando à Presidência da Câmara dos Deputados o processado da referida Medida Provisória (PLV nº 10, de 2017, aprovado com emendas pela Comissão Mista).  
À CD.

**Descrição/Ementa:** Remessa do processado da MPV 766/2017.

## Quadro Comparativo

**Data:** 17/05/2017

**Autor:** Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Descrição/Ementa:** Legislação X MPV X PLV da Comissão X PLV aprovado na Câmara.

## OFCN 390/2017

**Data:** 22/08/2017

**Autor:** Presidente do Congresso Nacional

**Local:** null

**Descrição/Ementa:** Comunica a extinção da Comissão Mista destinada a apreciar a MPV nº 766 de 2017 bem como o fim do prazo para edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da presente Medida Provisória.

## Carta

**Data:** 22/11/2017

**Autor:** Ente Jurídico

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Descrição/Ementa:** Manifestação

